

Interior

JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL COMARCA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE INTIMAÇÃO

FAZ SABER, pelo presente edital, expedido conforme o contido no artigo nº 52, §1º, da Lei nº 11.101/2005, **que ficam CIENTES quaisquer credores e eventuais interessados ou prejudicados, que neste Juízo da Primeira Vara Cível da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, tramitam os autos de nº0029070-63.2018.8.16.0017, deRECUPERAÇÃO JUDICIAL**, ajuizada na data de 17/12/2018, por AOCPP ASSESSORIA EM ORGANIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.546.295/0001-94, com sede à Avenida Gastão Vidigal, 966, Salas 301 e 302, Zona 08, CEP 87.050-440, na cidade de Maringá, Estado do Paraná. Nesta oportunidade, adverte-se sobre o **PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS para apresentação das habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados**, se necessário, na forma do art. 7º, § 1º da Lei 11.101/2005, junto a Administradora Judicial M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, cujo representante legal e profissional responsável pela condução do processo é pessoa do Dr. MARCIO ROBERTO MARQUES, advogado regularmente inscrito na OAB/PR sob o nº 65.066, telefones (44) 3226-2968 / (44) 99712-4544, endereço eletrônico marcio@marquesadmjudicial.com.br. Ainda, na forma do art. 55 da Lei nº 11.101/2005, **adverte-se aos credores sobre o PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, para manifestar ao Juízo sua objeção ao Plano de Recuperação Judicial que será apresentado**. Tudo em conformidade com o resumo da petição inicial e a íntegra da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial:

RESUMO DA PETIÇÃO INICIAL: AOCPP - ASSESSORIA EM ORGANIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS LTDA, foi fundada no ano de 1999 por ex-servidores da Universidade Estadual de Maringá (UEM) com o objetivo de prestar serviços à órgãos públicos e privados organizando e realizando processos seletivos, vestibulares e avaliações do ensino. Com mais de 18 anos de experiência no mercado, a AOCPP é constituída por uma matriz e uma filial, ambas na cidade de Maringá, mas que atuam em âmbito nacional, tendo prestado seus serviços em todos os estados da federação. Em seu portfólio, a AOCPP aponta como destaque de seus serviços, a organização do concurso público do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no ano de 2007. Afirma que a empresa conta com sistema de monitoramento de imagens com 64 câmeras que gravam os ambientes diuturnamente, bem como uma sala cofre com 67,2 m³, que possui proteção contra acesso indevido por meio de fechadura eletrônica com leitura biométrica. No processamento dos resultados, a AOCPP conta com software próprio, desenvolvido por profissionais de Tecnologia da Informação. Este sistema é acessível por meio de senha individual, garantindo absoluto sigilo tanto nos procedimentos de gestão dos concursos, quanto nas fases de correção das provas, classificação dos candidatos e processamento dos resultados. De acordo com a empresa, sua sede é igualmente equipada com impressoras, encadernadoras, envelopadoras, scanners, enfim, equipamentos de ponta que permitem o desempenho da atividade com expertise, além de contar com funcionários e prestadores de serviços qualificados. Ainda, a AOCPP informa que opera atualmente com três funcionários fixos e que o restante são prestadores de serviços sazonais, cujas contratações podem variar de quantidade, localidade e duração de acordo com as demandas da empresa, tanto é que foram arrolados nas relações nominais de credores 165 (cento e sessenta e cinco) destes prestadores de serviços. A AOCPP esclarece que optou por essa forma de operação devido a atuação em âmbito nacional pela empresa, que conforme mencionado, presta serviços em todas as unidades da federação. Toda essa estrutura garante a aptidão da empresa para desenvolver todas as fases dos mais variados processos de seleção, atuando desde o planejamento dos exames com a publicação dos editais e confecção das provas, passando pela aplicação e finalizando com a entrega de relatórios de resultado e análises finais. Isso faz com que a AOCPP proporcione aos seus contratantes a necessária transparência, eficiência e lisura durante toda a realização dos processos seletivos, fazendo com que a empresa desponha como uma das maiores organizadoras de concursos do estado e de todo o território nacional. Entretanto, afirma que mesmo atuando em âmbito nacional, o cenário desfavorável que assola o segmento dos concursos públicos foi capaz de provocar forte retração nas contratações, e, por via de consequência, nos resultados da Recuperanda. Na tentativa de superar a crise mercadológica, a AOCPP exauriu todas as alternativas extrajudiciais para adequar custos e otimizar resultados, todavia, ao final não restou alternativa à empresa senão valer-se do instituto da recuperação judicial, para manter a atividade econômica e os postos de trabalho existentes. O endividamento da Recuperanda, junto as instituições financeiras, fornecedores, trabalhadores e fisco se avolumou e hoje corresponde a R\$ 9.588.892,37 (nove milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, oitocentos e noventa e três reais e trinta e sete centavos), como se vê das Relações Nominais de Credores juntadas. Muito embora em franca atividade, a Recuperanda afirma sofrer constantes cobranças e, nessa situação, está exposta ao risco de ver sua falência decretada, já que existem obrigações líquidas, certas e exigíveis à serem adimplidas, o que possibilita que qualquer credor, peça e obtenha a qualquer momento a decretação da falência, a teor do art. 94 da LRF. Desta forma, somente se concedidos os benefícios da Recuperação Judicial à AOCPP poderá evitar que lhe seja decretada a falência. Assim pede: 1. Deferimento dos pedidos de urgência formulados no sentido de: (i) determinar a possibilidade de que a Recuperanda continue participando de licitações, em atendimento ao princípio da preservação da empresa, já que toda a renda da Recuperanda decorre de

contratações com o Poder Público; (ii) Determinar que as instituições financeiras credoras nestes autos de recuperação judicial se abstenham de efetuar qualquer bloqueio / retenção de valores nas contas bancárias da Recuperanda mantidas junto a cada uma das mencionadas instituições, sob pena de multa diária a ser fixada por este juízo; (iii) Determinação às companhias fornecedoras de serviços essenciais de energia elétrica e saneamento se abstenham de efetuar suspensões no fornecimento dos aludidos serviços em decorrência de dívidas abrangidas por este processo recuperacional, sob pena de multa diária a ser fixada por este d. Juízo; (iv) Determinação do sobrestamento de protestos eventualmente consumados, decorrentes de dívidas incluídas no rol de créditos da presente recuperação judicial; (v) Determine o sigilo com relação às movimentações em que constam dados fiscais dos sócios da Recuperanda; 2. Deferir o processamento da Recuperação Judicial da AOCPP - ASSESSORIA EM ORGANIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS LTDA., eis que preenchidos todos os requisitos específicos (art. 48, LRF), bem como todos os requisitos formais/estruturais (art. 51, LRF) instituídos pela Lei de Recuperação e Falências (11.101/2005), na forma do art. 52 do mesmo diploma legal, seguindo o seu trâmite regular, inclusive para a oportuna concessão da recuperação judicial e para que esse Juízo determine as seguintes providências: (i) A nomeação de Administrador Judicial, que deverá ser profissional idôneo, observando o disposto no artigo 21, da LRF; (ii) A intimação do representante do Ministério Público para a intervenção que lhe for própria; (iii) A expedição de edital a ser publicado no órgão oficial, nos termos do artigo 52 da LRF; (iv) A expedição de ofícios aos Cartórios de Protesto e Títulos desta Comarca para que não haja quaisquer protestos referentes às obrigações sujeitas aos efeitos da presente ação, evitando-se, assim, maiores danos ao crédito já abalado da Recuperanda, bem como determine o sobrestamento dos efeitos daqueles que já houverem sido consumados; (v) Decretação do stay period, suspendendo todas as ações e execuções em desfavor da Recuperanda, comunicando-se o Sr. Distribuidor dessa Comarca que não receba mais ações e pedidos falimentares em desfavor da mesma, e, ainda, a expressa determinação para que não lhe seja exigido certidões negativas a não ser para participar de concursos públicos e processos licitatórios e recebimento de benefícios fiscais; (vi) Comunicação do deferimento do processamento do pedido às Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal. Foi dada à causa, o valor de R\$ 9.588.892,37 (nove milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, oitocentos e noventa e três reais e trinta e sete centavos). **DECISÃO QUE DEFERIU O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL** (Mov. 13): "A petição inicial atende os requisitos e apresenta os documentos exigidos no art. 51 da LRF, de modo que defiro o processamento da RECUPERAÇÃO JUDICIAL da empresa AOCPP ASSESSORIA EM ORGANIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS LTDA. 1. Nomeio como ADMINISTRADOR JUDICIAL o advogado Dr. Marcio Roberto Marques - OAB/PR 65.066. 2. Determino a dispensa da apresentação de certidões negativas para que a devedora exerça suas atividades, inclusive para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais creditícios, observado o disposto no art. 60 da LRF. 3. Determino que as instituições bancárias citadas no item 10.2 da exordial se abstenham de realizar quaisquer bloqueios ou retenções nas contas da Recuperanda, nos termos do art. 49 do LRF. 4. No tocante aos serviços essenciais de energia elétrica e saneamento (Copel e Sanepar), concedo a tutela antecipada requerida, determinando que não seja interrompido o seu fornecimento para a Recuperanda. Oficie-se. 5. Em relação ao pedido de sobrestamento de protestos, defiro a suspensão na forma requerida em tutela antecipada (item 10.4 da exordial). Oficie-se. 6. Determino a suspensão, por 180 dias de todas as ações e execuções em trâmite contra os devedores, inclusive àquelas dos credores particulares do sócio solidário, devendo os Autos permanecerem nos respectivos juízos onde se processam, reiniciando o andamento após decorrido o prazo, independente de pronunciamento judicial. Incumbe aos devedores fazer tal comunicação da suspensão. No entanto terá prosseguimento a ação que demandar quantia ilíquida e ações fiscais, quanto as ações trabalhistas deve observar o disposto no § 2º do art. 6º da LRF. As ações propostas contra os devedores deverão ser comunicadas a este Juízo pelo Juiz competente, quando do recebimento da petição inicial e pelos Devedores, imediatamente após a citação. 7. Determino aos Devedores a apresentação mensal de contas. 8. Intimem-se os Devedores deste despacho, bem como o administrador nomeado. Lavre-se termo. 9. Intime-se o MP e Fazendas Públicas Federal, Estadual e do Município. 10. Expeça-se edital para publicação no órgão oficial observando o disposto no § 1º do art. 52 da LRF. 11. Deve os Devedores apresentarem, em 60 dias, o plano de recuperação em Juízo, que deverá ser publicado por edital o recebimento do plano de recuperação, podendo apresentar objeção sobre o plano, no prazo de 30 dias. 12. Havendo impugnação contra relação de credores, autue-se em separado (art.13, § único), intime-se o Credor Impugnado para contestação em 5 dias, após manifeste-se a Recuperanda, o Administrador Judicial e o Ministério Público em 5 dias sucessivamente. (Arts 8º e 11 da LRF). 13. Caso a impugnação seja de iniciativa do próprio Credor, manifeste-se a Recuperanda, o Administrador Judicial e o Ministério Público em 5 dias sucessivamente. 14. As habilitações retardatárias de crédito, apresentadas antes da homologação do quadro-geral de credores, serão recebidas como impugnações e processadas na forma supra. (Art.10, §5º). Diligências necessárias. Maringá/PR, data da assinatura eletrônica (21/01/2019). Mário Seto Takeguma - JUIZ DE DIREITO".

RELAÇÃO NOMINAL DE CREDORES APRESENTADA PELA RECUPERANDA NA INICIAL: CLASSE I - TRABALHISTA: Nayara Raira de Oliveira - R\$ 3.126,60; Renata Bonassoli da Silva - R\$ 2.355,20; Samara Rayara de Oliveira Loureiro - R\$ 2.231,30; Robson Juliano Beterincosto - R\$ 100.000,00; CLASSE II - GARANTIA REAL: Banco Bradesco S.A - R\$ 251.688,96; Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá - Sicoob Metropolitano - R\$ 520.751,78; CLASSE III - QUIROGRAFÁRIOS GERAIS: 1º Tabelionato de Notas de Maringá - R\$ 1.000,00; Alcilene Carneira da Silva Sousa - R\$ 250,00; Aldisa Alves Lima - R\$ 310,00; Alexandra Batista Soares Cardoso - R\$ 250,00; Aline Azevedo de Sousa

Curitiba, 14 de Fevereiro de 2019 - Edição nº 2437

Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Paraná

- R\$ 800,00; Aline Torquato Tavares - R\$ 230,00; Ana Maria Vieira Fernandes - R\$ 280,00; Ana Selma Generosa de Sousa Silva - R\$ 340,00; Analice Pereira dos Santos - R\$ 230,00; Ângela Cristina Cardoso Barros Carlotto - R\$ 490,00; Antônia Batista de Castro Gama - R\$ 800,00; Antônio Joaquim da Conceição Lima - R\$ 1.095,10; Antônio Pereira de Sousa - R\$ 310,00; Associação Comercial e Empresarial de Maringá - R\$ 54,80; Associação dos Condôminos do Centro Empresarial Madison - R\$ 687.525,39; Associação dos Condôminos do Edifício Lumiere Residence; Banco Bradesco S.A - R\$ 429.929,41; Banco do Brasil S.A - R\$ 261.619,82; Banco J. Safra S.A - R\$ 248.031,92; Banco Santander S.A - 249.860,63; Bernadete Milhomem Fernandes - R\$ 1.327,60; Caixa Econômica Federal - R\$ 819.309,22; Cássio Santos Flor - R\$ 310,00; Centro de Integração Empresa Escola do Paraná - R\$ 600,00; Cinara Inácio Barros de Mello - R\$ 280,00; Claro S.A - R\$ 765,96; Claudemir Oliveira dos Santos - R\$ 250,00; Conselho Regional de Administração da Bahia - R\$ 1.416,07; Conselho Regional de Administração de Pernambuco - R\$ 1.487,72; Conselho Regional de Administração de Sergipe - R\$ 1.416,07; Conselho Regional de Administração de Tocantins - R\$ 1.147,64; Conselho Regional de Administração do Amazonas - R\$ 1.178,11; Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro - R\$ 386,66; Cooper Card Adm de Cartões Ltda -R\$ 990,00; Cooperativa de Crédito, Poupança, e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi união PR/SP - R\$ 10.000,00; Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá - Sicoob Metropolitano - R\$ 38.248,78; Copel Distribuição - R\$ 959,80; Dagvânia dos Santos Silva - R\$ 280,00; DB1 Global Software S.A - R\$ 757,61; Débora Ribeiro dos Santos - R\$ 310,00; Deilson Antônio de Andrade - R\$ 1.129,60; Deusirene Ribeiro de Sousa - R\$ 860,00; Deusmar Oliveira de Borba - R\$ 890,00; Dimas Pereira Santana - R\$ 10.653,20; Divino Almeida Costa - R\$ 280,00; D'jan Alves Marinho - R\$ 280,00; Domerinda Alves Gomes - R\$ 250,00; Dulce Nogueira Marques Milhamen - R\$ 310,00; Ebanx Ltda - R\$ 321,22; Edileusa Ferreira Sá Evangelista - R\$ 250,00; Eduardo Sousa De Oliveira - R\$ 250,00; Elaine Caetano Mendonça Silva - R\$ 400,00; Elenice Araujo Souza Santos - R\$ 340,00; Elian Santos da Silva Campos - R\$ 280,00; Eliane Alcena de Moura - R\$ 250,00; Enedina Soffner Vernier - R\$ 230,00; Esly da Silva Carneiro - R\$ 250,00; Esperança Martins Rodrigues - R\$ 310,00; Estelita Guimarães Nunes - R\$ 904,20; Eusilene da Silva Carneiro - R\$ 340,00; Fabiana Tavares Gaspio dos Santos - R\$ 1.161,90; Fabilene Pereira da Silva Pacheco - R\$ 280,00; Facebook Serviços Online do Brasil Ltda - R\$ 845,61; Fatima Regina Domingos - R\$ 430,00; Flávia Angélica C de Araujo - R\$ 310,00; Flavia Lentula Coelho Araujo - R\$ 430,00; Francisco de Assis Corrêa de Castro - R\$ 460,00; Frederico da Silva Santos - R\$ 340,00; Gilvana Nunes Silva Tavares - R\$ 250,00; Glauca Conceição Thron Gomes - R\$ 310,00; Glauca Mara S. Santos - R\$ 460,00; Gol Linhas Aéreas S.A - R\$ 83,34; Google Brasil Internet Ltda - R\$ 849,89; Gustavo Franco Gois - Sociedade Individual de Advocacia - R\$ 30.000,00; Heleno Elias da Silva - R\$ 310,00; Helton Luis Barbosa - R\$ 144.747,79; Iatagan de Araujo Barbosa - R\$ 430,00; Idelma Pereira de Basto Santos - R\$ 460,00; Ilaise de Oliveira Ferreira - R\$ 280,00; Ionne Leal de Aquino Marinho - R\$ 892,40; Isabel Ferreira Rocha - R\$ 948,50; Isaías Pereira de Brito - R\$ 280,00; Ismael Rabelo de Araujo - R\$ 310,00; Ismar Cassimiro Brasil Folha Leite - R\$ 862,30; Itaú Unibanco S.A - R\$ 158.830,58; Ivone Leal de Aquino - R\$ 280,00; Izana Conceição de Aquino - R\$ 310,00; Janaina Amorim Soares - R\$ 310,00; Janeluz Vieira de Sousa - R\$ 310,00; Janio Rodrigues dos Santos Saboia - R\$ 310,00; Jeremias Pereira da Silva - R\$ 340,00; João Rosado Diniz Filho - R\$ 370,00; Joelma Leite Padilha - R\$ 280,00; Jorlam de Freitas Santana - R\$ 928,50; José Antônio Aguiar Gama - R\$ 340,00; José Veniro Pereira Teixeira - R\$ 280,00; Josiel Carlos da Silva - R\$ 250,00; Juliano Laurindo Cardoso - R\$ 310,00; Jullielen Rossatti Santana Reis - R\$ 830,00; Junia de Oliveira Silva - R\$ 920,00; Katiane Rocha Coutinho Barbosa - R\$ 340,00; Kayro Mendes Barbosa - R\$ 620,00; Keila Alves Freitas Ramalho - R\$ 250,00; Keilla Regina Costa - R\$ 310,00; Kleber Alves de Carvalho - R\$ 310,00; Layane Ferreira dos Santos - R\$ 310,00; Lêda Maria Tomazi Fagundes - R\$ 310,00; Lenilza Souza de Resende Andrade - R\$ 310,00; Libia Portilho de Sousa - R\$ 400,00; Liduina Maria de Sousa Santos - R\$ 2.324,60; Liege Segatto Wendt - R\$ 800,00; Lila Léa Pereira de Oliveira - R\$ 280,00; Lilian Cicotti - R\$ 340,00; Luciana Maria Pereira - R\$ 340,00; Lucilia Ferreira Nogueira Rodrigues Lima - R\$ 250,00; Luis Gomes Leite - R\$ 800,00; Luiz Alves de Araujo - R\$ 250,00; Luzandira Francisca Coelho Araujo - R\$ 430,00; Luziene Valadares de Sousa Coelho - R\$ 250,00; Magda Lúcia Pávoa B. Magalhães - R\$ 250,00; Manuel Barbosa da Silva R\$ 310,00; Macia Oliveira Ferreira - R\$ 1.107,00; Marco Antonio de Oliveira - R\$ 340,00; Maria Aurea Ribeira de Araujo Pereira - R\$ 310,00; Maria da Guia Vieira Silva - R\$ 340,00; Maria de Fátima Alves Milhomem - R\$ 310,00; Maria do Bonfim Nunes de S. Silva - R\$ 400,00; Maria do Carmo Ribeiro dos Santos - R\$ 310,00; Maria do Espírito Santo de Souza Mendes - R\$ 280,00; Maria Edinalva Teixeira da Silva Veras - R\$ 400,00; Maria Lucia dos Santos Matos - R\$ 340,00; Maria Lúcia Paulino Silva Sousa - R\$ 280,00; Maria Macedo de Araujo - R\$ 800,00; Maria Nazare Macena Rodrigues - R\$ 370,00; Maria Nilva Milhomens dos Santos - R\$ 430,00; Maria Nunes de Barros Lourenço - R\$ 100,00; Maria Onemes Bezerra Sales - R\$ 310,00; Maria Vilma Lucena de Oliveira - R\$ 280,00; Marialice Thomaz Soares - R\$ 340,00; Marlene Alves De Araujo - R\$ 310,00; Marlene de Almeida Brandão - R\$ 460,00; Marluce de Camargo Moreira - R\$ 400,00; Michelle Cardoso da Silva - R\$ 430,00; Ministério Público do Estado de Santa Catarina - R\$ 188.934,73; Mônica Veronice Rocha de Santana - R\$ 250,00; Nagelle Lopes Sales Lima - R\$ 250,00; Núbia Critina de Faria Saraiva - R\$ 490,00; Odete de Oliveira Negre Soares - R\$ 400,00; Olga Jocenara Carneiro - R\$ 280,00; Osanilba Martins Fernandes de Camargo - R\$ 280,00; Osmar da Silva Peireira - R\$ 340,00; Patricia Moreira Lacerda - R\$ 400,00; Patricia Rabelo da Silva Sales - R\$ 340,00; Paula Rodrigues Zerbini - R\$ 310,00; Plácida Carreiro Nascimento Aguiar - R\$ 280,00; Poliana Silva de Menezes - R\$ 250,00; Raimundo Costa Barbosa - R\$ 430,00; Redy Soares Filho - R\$ 1.004,90; Regina Maria Dias Lima - R\$ 430,00; Rejane Patricia Coelho Moraes de Castro - R\$ 370,00; Renato Pereira Nogueira - R\$ 310,00; Ricardo Araujo Mascarenhas -R\$ 310,00; Rita de Cassia de Paula R\$

889,50; Rita Maranguape Rocha Cardoso Moreira - R\$ 250,00; RMC Transportes e Agenciamento de Cargas Ltda - R\$ 11.183,96; Robério Pereira do Nascimento - R\$ 310,00; Robson Nunes Gomes - R\$ 250,00; Roseli Rovani Silva - R\$ 280,00; Rosely Justino Pinto - R\$ 280,00; Rosiane Soares de Sousa - R\$ 370,00; Rubens José de Borba - R\$ 280,00; Sarah da Silva Pires - R\$ 370,00; Sebastiana Dias de Souza - 280,00; Silvana Gonçalves Monteiro da Silva -R\$ 250,00; Silvaney Ribeiro Moura - R\$ 340,00; Silvania Maria Oliveira da Silva - R\$ 340,00; Sintia Aparecida Gabriel Alves Vieira - R\$ 310,00; Sirleyde dos Santos Paolini - R\$ 1.152,10; Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda - R\$ 63.360,00; Solange Ferreira Flor Silva - R\$ 1.888,10; Suleima Cristina Botteri - R\$ 370,00; Surêia Maciel de Sousa - R\$ 280,00; Tânia Cristina Leite do Nascimento - R\$ 250,00; Tatiana Almeida Araújo Tomaz - R\$ 280,00; Tatiana Carla de Oliveira - R\$ 800,00; Unimed Regional de Maringá - R\$ 1.645,75; Vagna Maria de Luz Noleto Santos - R\$ 800,00; Vânia Silva Araújo - R\$ 310,00; Victor Ferreira Diniz - R\$ 430,00; Vinicius Flor Silva - R\$ 980,00; Walkira Urcino Rocha - R\$ 340,00; Warda Ata Hasan Ata - R\$ 860,00; Wender Domingos Alves - 280,00; Weurivelton Fernandes Rossatti de Amorim - R\$ 800,00; Wilma Fernandes de Amorim dos Santos - R\$ 280,00; Wiris Fernandes de Amorim - R\$ 620,00; Zelia Maria Barbosa Alves Sousa - R\$ 340,00; Zenilda Rosa de Souza - R\$ 1.073,00; Zuleide Bencio Lima R\$ 890,00; CLASSE IV - QUIROGRAFÁRIOS ESPECIAIS - EPP / ME / EIRELI: Heric Bruno da Silva - R\$ 100,00; Digital Copy Soluções Ltda-ME - R\$ 32.698,49; Rnv de Castro Produção, Concursos e Consultoria - R\$ 12.159,00; Romulo Guedes dos Santos - R\$ 900,00; Cancao Sistemas de Segurança Eletronica Ltda - R\$ 157,00; Nosso Escritorio Ltda - R\$ 1.169,75. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expedii se o presente edital que será publicado por uma só vez no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Paraná, e afixado na sede deste Juízo, no lugar de costume. NADA MAIS. Maringá-PR, aos 11 de fevereiro de 2019. Eu,

MARIO SETO TAKEGUMA
Juiz de Direito